



*Comissão de
Legislação e Justiça
13. III. 54
Oliveira*

Câmara Municipal de Toledo

Senhor Presidente,

O Vereador que esta subscreve,

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público não só a manutenção do ensino oficial, mas também o amparo às iniciativas particulares, que se destinam às atividades escolares, procurando elevar o nível cultural do nosso povo.

CONSIDERANDO que o INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA, estabelecimento de ensino particular que funciona nesta cidade sob a orientação de uma ordem religiosa, está prestando relevantes serviços à população do Município, proporcionando à sua infância a possibilidade de uma educação esmerada.

CONSIDERANDO, finalmente, que aquela instituição de ensino está lutando com dificuldades financeiras, não podendo proporcionar aos alunos todas as comodidades e conforto que seria desejável e, que, por este motivo, torna-se necessário um auxílio da Municipalidade,

Apresenta o seguinte

PROJETO DE LEI

*LEI 2- 42
DE 14/04/1954*

Art. 1º - É o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir dois bebedouros que serão doados ao INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA, estabelecimento de ensino particular que funciona nesta cidade, sob a direção da ordem religiosa de Irmãs Vicentinas.

Art. 2º - A despesa decorrente da doação prevista no artigo anterior correrão por conta da verba consignada no Orçamento sob o Código Geral 8.33.2 - Material para Escolas.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Toledo, em
13 de Março de 1954.

Clécio Zeni

Clécio Zeni

Pr. M. da Silva



Câmara Municipal de Toledo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

A Comissão de Legislação e Justiça, a vista do Projeto-de-Lei encaminhado pelo Vereador Clécio Zenni, com apoio de Alcebiades Formigheri e José Ayres da Silva e referente à doação de dois bebedouros ao INSTITUTO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA, reconhecendo, embora, a elevação de propósito que motivou o Projeto em apreço, expressa as suas dúvidas quanto à constitucionalidade deste, perante o Art. 31 e respectivos itens, da Constituição Federal.

A Municipalidade de Toledo não tem, a exemplo de outras entidades públicas congêneres, nenhum diploma legal que regule a matéria de subvenções e doações a entidades particulares.

A Comissão é de opinião que, em primeiro lugar, deveria ser elaborada uma lei que regulamentasse a matéria, servindo de base para as leis subsidiárias que, apoiadas naquela, pudessem conceder donativos e subvenções a associações particulares, de âmbito cultural, educacional ou social.

Em todo o caso, se não for esta a opinião do Plenário, a Comissão entende que, tratando-se de uma lei que acarreta despesas ao Erário Público, esta despesa deve ser fixada através da abertura de um Crédito Especial e apontados os recursos concretos para a efetivação da mesma despesa.

Portanto, a Comissão opina pela devolução do Projeto ao seu Autor para que este proceda aos devidos cálculos e apresente o substitutivo precisando, com exatidão, a quantia necessária para a abertura do crédito necessário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Toledo,
em 10 de Abril de 1954.

RELATOR

[Assinatura]
[Assinatura]